alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 47/2012, de 31 de julho;

- 2.3 A competência para autorizar a prestação de trabalho suplementar, de acordo com os limites estabelecidos no artigo 120.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
- 2.4 Determinar a realização de inquéritos obrigatórios na sequência de acidentes de viação e nomear os respetivos instrutores.

O presente despacho produz efeitos a 18 de maio de 2015.

15 de maio de 2015. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz*.

208664582

Despacho n.º 5905/2015

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, delego na Diretora de Serviços de Apoio à Atividade Inspetiva, da Autoridade para as Condições do Trabalho, licenciada Ana Manuel Jerónimo Lopes Correia Mendes Godinho, as competências a seguir indicadas, no âmbito da respetiva unidade orgânica, sem prejuízo do poder de avocação:

- 1 Com a faculdade de subdelegação, as seguintes competências:
- 1.1 Autorizar o exercício de funções a tempo parcial;
- 1.2 Autorizar as deslocações em serviço no território nacional em transporte fornecido pelos serviços, transportes públicos rodoviários ou ferroviários ou em viatura própria nos termos previstos no n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril, bem como o processamento das respetivas despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo;
- 1.3 Autorizar o processamento das despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo relativas a deslocações em território nacional para congressos, seminários, colóquios, conferências ou outras iniciativas semelhantes, desde que previamente autorizadas pelo dirigente máximo do serviço;
- 1.4 Superintender na utilização racional das instalações afetas ao respetivo serviço, bem como na sua manutenção e conservação;
- 1.5 Velar pela existência de condições de segurança e saúde no trabalho.
 - 2 O presente despacho produz efeitos a 18 de maio de 2015.

15 de maio de 2015. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz.* 208666429

Despacho (extrato) n.º 5906/2015

Nos termos do n.º 4 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro (EPD — Estatuto do Pessoal Dirigente), cesso a nomeação, em regime de substituição, do licenciado Jorge Manuel Maurício Pinhal, no cargo de Diretor da Direção de Serviços de Apoio à Atividade Inspetiva, com efeitos a 17 de maio de 2015.

15 de maio de 2015. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz*.

208663042

Despacho (extrato) n.º 5907/2015

Nos termos do n.º 4 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro (EPD — Estatuto do Pessoal Dirigente) autorizo a cessação da nomeação, em regime de substituição, a seu pedido, da licenciada Guilhermina Maria Fernandes Coelho, no cargo de Subdiretora da Unidade Local do Litoral e Baixo Alentejo, com efeitos a 17 de maio de 2015.

15 de maio de 2015. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz*.

208664371

Despacho n.º 5908/2015

Nos termos do Despacho n.º 22726-B/2007, de 21 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro e do Despacho n.º 29673/2007, de 4 de dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 248, de 26 de dezembro, foi criada uma rede de serviços desconcentrados da Autoridade para as Condições do Trabalho, nomeadamente a Unidade Local do Litoral e do Baixo Alentejo, com sede em Beja, dirigido por um subdiretor, cargo de direção intermédia de 2.º grau.

Face ao exposto, torna-se necessário assegurar as funções de direção da referida unidade orgânica, definidas no mencionado Despacho n.º 22726-B/2007, de 21 de setembro.

Considerando que o licenciado Carlos Manuel da Fonseca Graça, inspetor superior principal, da carreira de inspetor superior do trabalho, da Autoridade para as Condições do Trabalho, reúne as condições estabelecidas no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, re-

publicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e posteriormente alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, (EPD — Estatuto do Pessoal Dirigente), como decorre da Nota Curricular anexa ao presente despacho:

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 27.º e n.ºs 9, 10 do artigo 21.º do EPD, nomeio, em regime de substituição, o licenciado Carlos Manuel da Fonseca Graça, para exercer o cargo de Subdiretor da Unidade Local do Litoral e do Baixo Alentejo, optando pelo vencimento na categoria de origem.

A presente nomeação produz efeitos a 18 de maio de 2015.

15 de maio de 2015. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz*.

Nota Curricular

Nome: Carlos Manuel da Fonseca Graça

Nascido em 12/06/1954, Freguesia de Santa Maria da Feira, Concelho, Distrito e cidade de Beja,

Habilitações Académicas:

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa — 8/01/1988.

Evolução Profissional:

Ingresso na carreira da Inspeção-Geral do Trabalho como Agente de 2.ª Classe 21/02/1974;

Atualmente detentor da categoria de Inspetor Superior Principal — carreira de Inspetor Superior;

15/07/1996, nomeado, para o cargo de Delegado do IDICT em Évora; 21/04/1998, a 30/10/1998, e 16/04/1999 a 31/05/2000, coordenação e gestão da Delegação de Portalegre, em acumulação com a Delegação de Évora;

Em 15/10/2003 a 30/09/2007 nomeado, Delegado do IDICT em Beja; Em 1/10/2007 foi nomeado Diretor Regional do Alentejo da ACT, em regime de comissão de serviço, funções que desempenhou até final da comissão de serviço e término do cargo.

Atividade Profissional e Experiência:

Entre novembro de 1979 e Fevereiro de 1983, foi responsável por todo o sector informativo da Delegação de Beja, em acumulação com:

Intervenções na área de Higiene e Segurança no Trabalho, que coordenava;

Licenciamentos industriais, elaborando os respetivos pareceres, e participando nas vistorias;

Realização dos inquéritos de acidentes de trabalho;

No período que decorreu entre 1/04/1989 a 31/05/1990, foi responsável por toda a planificação e coordenação do serviço inspetivo da Delegação de Beja;

Teve a seu cargo a Coordenação das Intervenções Inspetivas em toda a construção da Barragem de Alqueva e da Aldeia da Luz e em múltiplas ações inter-regionais (1996/2002) em articulação com outras entidades nomeadamente Segurança Social, SEF, Inspeção Tributária, PSP e GNR, etc., nos domínios da Segurança; Higiene e Saúde no Trabalho e do Trabalho Clandestino e não Declarado;

Foi o responsável pela implementação da Secção de Contraordenações da Delegação de Beja e seu instrutor de 30 de julho de 1986 até finais de 1994;

Em acumulação, foi instrutor das contraordenações nas Delegações de Beja e Évora entre 22/09/1988 e 30/09/1993;

Autor de várias aplicações informáticas nomeadamente ao nível do registo e protocolo de correspondência, gestão de arquivo e mais recentemente relativas aos Transportes Rodoviários, Apuramentos contributivos e salariais, tendo igualmente participação na conceção, monitorização e acompanhamento da aplicação Livretes;

Orientou estágios e é formador na ACT desde 1991 até à presente data, em estágios de ingresso de novos inspetores, em ações de formação contínua para inspetores da ACT e de outros organismos inspetivos;

No âmbito da cooperação com os Países da CPL, foi formador na Guiné-Bissau e em Cabo Verde nos anos de 1993 a 1995, em ações de formação para inspetores daquele País e orientou os respetivos estágios práticos;

Em ambos estes países participou na elaboração de anteprojetos de leis no âmbito do direito do trabalho.

No âmbito desta cooperação desenvolveu igualmente missões em Moçambique e em Timor Leste

Desde maio de 2009, por despacho do Senhor Inspetor-geral do Trabalho, foi nomeado coordenador da cooperação para a formação nos Países da CLP.

Está reconhecido como Formador (M/F) pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua de Professores;

Professor convidado em Pós-graduações na Universidade do Algarve em 2001 e na ESTIG — Escola Superior de Tecnologias de Informação e Gestão de Beja 2006 a 2010;

Formador no âmbito do acordo de Parceiros celebrado pelos Ministros do Trabalho dos Países da CLP, ministrou a formação inicial de inspetores do trabalho na Guiné-Bissau e em Cabo Verde

Membro de múltiplos Júris de concursos de ingresso e de acesso, desde 1994;

Fez e faz parte de vários grupos de trabalho, integrando presentemente 5 grupos, dos quais coordena o do trabalho não declaro

Frequentou o seminário de Alta Direção — Lei 2/2004.

208664485

Despacho (extrato) n.º 5909/2015

Nos termos do n.º 4 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro (EPD — Estatuto do Pessoal Dirigente), autorizo a cessação, a seu pedido, da nomeação, em regime de substituição, do licenciado Vítor Manuel Fernandes Rodrigues Teixeira, no cargo de Diretor do Centro Local da Península de Setúbal, com efeitos a 17 de maio de 2015.

15 de maio de 2015. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz*.

208663489

Instituto de Informática, I. P.

Aviso (extrato) n.º 6012/2015

Em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que os trabalhadores abaixo indicados, concluíram com sucesso o período experimental, na sequência da celebração do Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado com este Instituto Público, para o desempenho de funções da carreira/categoria de Técnico Superior.

Trabalhadores na carreira/categoria de Técnico Superior	Classificação do Período Experimental	Data do Despacho de Homologação
Ana Ribeiro Cruz	17,21 14,12	15/05/2015 15/05/2015

20 de maio de 2015. — O Vice-Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I. P., *António Manuel de Passos Rapoula*.

208664899

Instituto da Segurança Social, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 989/2015

Por deliberação do Conselho Diretivo, n.º 47/2015, de 10 de março de 2015, e até à conclusão do procedimento concursal para recrutamento e provimento do referido cargo, foi designado, em regime de substituição, José Ilídio Antunes Amora, no cargo de coordenador do serviço local de grande dimensão, correspondendo aos concelhos de Torres Novas e Alcanena, do Centro Distrital de Santarém, que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das funções, conforme evidencia a respetiva nota curricular em anexo, com efeitos a 16 de março de 2015, cessando no dia imediatamente anterior as funções que vinha desempenhando como Coordenador do serviço local de média dimensão, correspondendo ao concelho do Entroncamento, do mesmo centro distrital.

23.março.2015. — Pelo Conselho Diretivo, a Presidente, *Mariana Ribeiro Ferreira*.

Nota Curricular

José Ilídio Antunes Amora, com o 5.º ano do Curso Formação Geral Comércio, é assistente técnico da carreira assistente técnica, do Instituto da Segurança Social, I. P. — Centro Distrital Santarém.

Desde janeiro de 2013, exerce as funções de Coordenação do Serviço Local do Entroncamento do Centro Distrital de Santarém. Neste âmbito é responsável por promover a transmissão de informação vinda das diretrizes centrais aos colaboradores de forma a uniformizar procedimentos, pela gestão dos recursos humanos; filas de espera e manutenção das instalações do Serviço Local, elaboração das estatísticas mensais a enviar ao Centro Distrital, execução de todo o trabalho administrativo, apoio no atendimento ao público, no tratamento dos vários processos e tesouraria. De agosto de 2008 a dezembro 2012, foi coordenador do Serviço Local de Alcanena, onde executou todas as tarefas relacionadas

com a coordenação. De janeiro de 2006 a julho de 2008, foi responsável pelo Balcão Permanente de Pernes, onde exerceu todas as atividades relacionadas com o atendimento geral e tesouraria e estatísticas mensais. Entre 1991 e 2005, prestou serviço no Balcão Permanente de Alcanede, após a sua transferência da Casa do Povo de Monsanto, local onde foi admitido em março de 1971.

208668187

Deliberação (extrato) n.º 990/2015

Por deliberação do Conselho Diretivo, n.º 47/2015, de 10 de março de 2015, e até à conclusão do procedimento concursal para recrutamento e provimento do referido cargo, foi designada, em regime de substituição, Isabel Maria Lino Reis Vieira Matos, no cargo de coordenadora do serviço local de grande dimensão, correspondendo aos concelhos de Tomar e Ferreira do Zêzere, do Centro Distrital de Santarém, que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das funções, conforme evidencia a respetiva nota curricular em anexo, com efeitos a 16 de março de 2015.

23.março.2015. — Pelo Conselho Diretivo, a Presidente, *Mariana Ribeiro Ferreira*.

Nota Curricular

Isabel Maria Lino Reis Vieira Matos, com o 12.º ano, é assistente técnica da carreira de assistente técnico do ISS, I. P. — Centro Distrital de Santarém:

Desde 02/06/2014, responsável na coordenação do Serviço Local de Tomar e Ferreira Zêzere, após a saída por aposentação da Coordenadora.

Entre 01/06/2012 e 31/01/2013, responsável pela interlocução do Serviço Local de Ourém com a sede de distrito (Diretora do NGC) na sequência da saída por aposentação do seu coordenador.

Entre 03/1994 a 05/2012 assume a substituição do Coordenador do Serviço Local de Ourém durante as suas ausências e impedimentos.

Em 13/01/1992 integra o Serviço Local de Ourém, onde realiza funções de atendimento geral e tesouraria, bem como realiza o apuramento de dados tendentes à realização dos indicadores de gestão mensais.

De 04/04/1977 a 12/01/1992 exerce funções de atendimento no Serviço Local de Caxarias.

Em 01/04/1977, ingressa na Função Pública, Serviço Sub-Regional de Santarém:

208668957

Deliberação (extrato) n.º 991/2015

Por deliberação do Conselho Diretivo, n.º 47/2015, de 10 de março de 2015, e até à conclusão do procedimento concursal para recrutamento e provimento do referido cargo, foi designada, em regime de substituição, Ana Cristina Rodrigues Tavares Gameiro, no cargo de coordenadora do serviço local de média dimensão, correspondendo ao concelho do Entroncamento, do Centro Distrital de Santarém, que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das funções, conforme evidencia a respetiva nota curricular em anexo, com efeitos a 16 de março de 2015.

23 de março de 2015. — Pelo Conselho Diretivo, a Presidente, *Mariana Ribeiro Ferreira*.

Nota curricular

Ana Cristina Rodrigues Tavares Gameiro, com o 12.º ano de escolaridade, com média de 18 valores, é assistente técnica da carreira de assistente técnico do ISS,I. P. — Centro Distrital de Santarém:

Em 2000 é admitida no Centro Distrital de Santarém, no serviço de atendimento de Vila Nova da Barquinha, com a categoria de assistente administrativo passando posteriormente a assistente administrativa principal;

Responsável pela interlocução do Serviço Local de Vila Nova da Barquinha com a sede de distrito durante as ausências e impedimentos da coordenadora daquele serviço, até dezembro 2012;

Realiza o apuramento de dados tendentes à realização dos indicadores de gestão mensais;

Realiza atendimento geral:

Realiza serviço de tesouraria até dezembro 2012;

Integra o grupo de trabalho constituído no âmbito da correção e registo de DR's;

Realiza atendimento presencial no Serviço Informativo de Santarém; Realiza formação específica de desemprego, enquanto tarefa partilhada com a sede de distrito, para tratamento de processos de desemprego;

Realiza formação específica na área das Prestações Familiares, enquanto tarefa partilhada com a sede de distrito, sendo responsável pelo tratamento de todos os processos de abono pré-natal de todos os serviços, com exceção do concelho de Santarém;

A partir de janeiro de 2013, é responsável pela articulação entre serviço local de Vila Nova da Barquinha com a coordenadora do SL do concelho de Chamusca, Golegã e Vila Nova da Barquinha.

208668932